

DITADURA: CERCO, PRISÕES, TORTURAS E MORTES NA BAHIA¹

Emiliano José²

(...) Ao se focalizar o caráter público da tortura – seja em processos legais rigorosos ou em mãos de agências sublegais ou paralegais –, poderemos encará-la, no século XX, não mais em termos simplistas de desordem de personalidade, brutalidade étnica ou racial, primitivismo residual ou secularização de teorias eclesásticas, mas como um fenômeno de algumas formas de vida pública no século XX; não poderemos mais considerá-la, como no passado, restrita a processos penais juridicamente formais, mas sim como um fato que ocorre em outras áreas, sob autoridade do Estado, menos regulamentado e menos controlado que os processos legais, mas não menos essencial à noção de ordem do Estado.

Edward Peters³

Naquele dia encarei o monstro: 23 de novembro de 1970. Fui preso depois de ter saído de uma reunião realizada na praia da Ribeira, na Cidade Baixa, em Salvador. Uma das pessoas reunidas comigo já havia sido identificada pela repressão. Atendia pelo codinome Vera, mulher então de Tibério Canuto de Queiroz Portela, companheiro de cela mais tarde na *Galeria F* da Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, dirigente regional da Ação Popular (AP)⁴, organização a que pertencia. Há poucos dias, Tibério me disse o nome verdadeiro dela: Dalva Estela Rodrigues de Carvalho.

O casal morava numa precária casinha em São Caetano, na periferia, e a polícia já o havia farejado. Bastou seguir Vera, e dos três, naquele dia, fui o único a cair⁵. Pertencíamos, eu, Vera e um companheiro de codinome Zeca, à direção seccional de AP de Salvador. Cheguei à sede da Polícia Federal sem camisa, ensanguentado. Havia apanhado um bocado, e conseguido destruir alguns pontos escritos em papezinhos. O cinto da calça jeans já havia sido retirado.

Minha cabeça fervilhava. Não sentia o quanto já havia apanhado. A angústia estava concentrada no que viria. Sabia o que me aguardava. Ou tentava adivinhar. Procurava me fortalecer ideologicamente, como dizíamos à época. George Dimitrov era meu modelo: comunista búlgaro, preso por ocasião do Incêndio do Reichstag, em 1933, e que se tornaria um dos principais dirigentes da Internacional Comunista. Tínhamos uma tese com viés suicida: nada falar, e ponto final. Eu raciocinava com essa hipótese. Não tinha plano B. Embora não tivesse certeza de que nada falaria. Não sabia qual minha capacidade de resistência. Tinha uma certeza: não queria falar nada. Queria desafiar o monstro. Até onde? Quem há de saber quando diante do monstro?

– Por que estou preso?

Fiz a pergunta ao coronel Luiz Arthur de Carvalho, superintendente da Polícia Federal, durante largo tempo o principal comandante da repressão na Bahia. Estava envolvido pelo espírito dimitroviano. Lembro-me haver lido pequeno livro dele em torno de comportamento face ao inimigo. O coronel, olhando por cima dos óculos, visivelmente irritado, faiscando de ódio e sem levantar a voz, não pensou duas vezes:

– Você vai saber daqui a pouco no pau, seu filho da puta!

Colocou-me frente a frente com Benjamin Ferreira, também de AP. Não nos reconhecemos, obviamente. Eu era outro: Pedro Luiz Vian. Nome falso, carteira de identidade falsa, providenciada pela AP em São Paulo, antes de viajar para a Bahia, em janeiro de 1970. Também estava presa a companheira de Benjamin, Mara Loguércio, como ele e eu, de AP. A cabeça, um turbilhão. Sabia da tortura inevitável, como o coronel avisara. Ninguém caíra comigo, e isso era uma sorte, se a palavra cabe. A responsabilidade

era exclusivamente minha, não haveria depoimentos de companheiros para serem confrontados com o meu.

O tempo tem outra dimensão nessas ocasiões. Demora a passar. Fora preso ali por volta do meio-dia. Quando há a ameaça da tortura, você prefere colocar-se logo frente a frente com ela. Preferível encarar o monstro com toda sua ferocidade. A angústia da espera é terrível.

Só lá pelas quatro ou cinco horas da tarde – e como demorou a passar esse tempo – uma equipe de policiais me levou para onde seria torturado, o Quartel do Barbalho, então o principal centro de torturas da Bahia. Fica no bairro do Barbalho, uma edificação centenária, sendo reformada atualmente pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ao menos uma cela deve ser mantida em suas condições originais para não deixar no esquecimento tudo que ocorreu ali. Conto minha história para registrar torturadores e locais onde se torturou.

O coronel Luiz Arthur às vezes preferia *terceirizar* a tortura, para usar expressão atual – ao menos procedeu assim no meu caso. Fui deixado num salão de piso coberto por um encerado, desses de caminhão, e lembro-me disso por conta de meu pai, que foi caminhoneiro por alguns anos. Devia servir para o desenvolvimento de lutas de karatê, de que o capitão Hemetério Chaves Filho, comandante da Polícia do Exército, gostava muito, sendo íntimo dos irmãos Denilson e Dalmar Caribé, destacados mestres de karatê. O último se tornaria famoso por ter sido um dos executores do capitão Carlos Lamarca, em setembro de 1971. Vamos catalogando torturadores. Denilson não era militar e nem o soube torturador. Dalmar era cabo do Exército. E gostava de torturar.

Pouco depois, tive os olhos vendados. O coração, aos pulos. E paradoxalmente, um estranho alívio. Conviviam em mim o medo e o alívio. Enfim, o monstro. Reconheceria a sua cara. Repito sempre: não é que não tivéssemos medo. O medo sempre nos acompanhou na terrível luta contra a ditadura. Nosso mérito, quando existiu: a coragem conseguia suplantar o medo. Ou as convicções o derrotavam.

Mal a noite entrava, e fui levado do salão para o pau. A céu aberto, na noite escura, violentamente espancado pelos torturadores: o capitão Hemetério Chaves Filho e o capitão Gildo Ribeiro, este da Polícia Militar, no comando da pancadaria. Não eram apenas eles, claro. Eu os via pela fresta deixada pela venda dos olhos.

O monstro era feio, e o medo me atormentava.

E o medo era mais daquilo que viria. Menos do que acontecia.

A consciência me dizia: na pancadaria pura e simples não me tiram nada. Assim, o monstro não pode comigo. E nada revelava.

Com barras de ferro, me batiam de todo jeito, me arrebentavam. E eu, segurando a barra.

Depois, abriram um tanque d'água – eu o revi no dia 3 de dezembro de 2013, ao lado de Theodomiro Romeiro dos Santos, que viera depor na Comissão da Verdade da Bahia⁶. Ali me submeteram a prolongada sessão de afogamento. Por várias vezes, de cabeça para baixo, era enfiado dentro do tanque, e retirado, sempre à beira de me afogar, engolindo água. Só respondia “não sei”.

Pensava: não é hora ainda de me matarem. É, com isso não me tiram nada, não me tiram nada... ia repetindo.

Então sobreveio o pau-de-arara⁷, já dentro da sala ao lado do escritório do comando, nu. Era um estágio bem mais duro de tortura, o monstro mais feroz, cara mais feia, cravando os dentes em minha carne frágil. Não sei o número de horas do suplício.

Nessa noite, fui levado para a cela de maca. Não sentia as pernas: pareciam paralelepípedos.

Nas minhas lembranças, e a memória é traiçoeira, à porta da cela onde fui jogado, ainda na maca, tiraram a venda dos meus olhos e perguntaram a Theodomiro Romeiro dos Santos e a Paulo Pontes da Silva, então presos ali, se me conheciam. Não – disseram, e era verdade.

Theodomiro me disse em dezembro de 2013 que isso foi feito antes de eu chegar à cela, e que eu estava inteiramente desmaiado. Penso que não. Tenho a lembrança de ter chegado ainda consciente à cela, ou semiconsciente.

Houve um segundo dia de torturas, e novamente pau-de-arara, e agora com o acréscimo do choque elétrico. Um terceiro estágio, muito mais duro. Os choques trespassam a alma, se é possível explicá-los, e não creio seja: são tão agressivos a ponto de, nos intervalos, o torturado sentir suavidade no pau-de-arara, descansar nele.

E eu insistindo: nada a dizer, nada sabia, não tinha nenhum endereço a dar. “Você nos dá um endereço, um só, e nós descemos você do pau-de-arara, paramos com os choques, você bebe uma coca-cola, tudo se acaba”. Parece incrível, mas ouvi isso de um dos torturadores, creio que do capitão Gildo Ribeiro. O mesmo capitão, mais tarde, irá à Penitenciária Lemos de Brito me pedir perdão.⁸

Não desci. Não bebi a coca-cola.

O inferno era ali, no Quartel do Barbalho. No terceiro dia, tive febre.

Pararam a tortura. Resisti. Consegui. A coragem suplantara o medo. As convicções venceram as minhas fraquezas. Então chegou um jovem, talvez da minha idade, preso, jogado com violência ao chão da cela onde eu estava. Gritava com os policiais, como um corajoso militante. Desconfiei. Poucos chegam assim à porta do inferno, diante do monstro. Começou a me dizer: sairia logo, se lhe desse endereços meus faria contatos para me soltar.

Ali eu era um bicho, com os instintos alertas, e não confiava em ninguém, não devia confiar. Por que dar endereços àquele cidadão que não conhecia? Nem pensar: mantive o que dissera, não conhecia ninguém em Salvador. Dei-lhe apenas o endereço de minha família em São Paulo, totalmente aberto já, tantas vezes visitado pela polícia, meu pai levado uma vez.

Mais tarde, confirmou-se: era um tira. Tentaram obter de outra maneira o que não haviam conseguido na tortura.

Uns oito, dez dias passados, sou levado à sala do Comando do quartel, onde me esperavam vários agentes. Disseram-me ser do Cenimar (Centro de Informações da Marinha)⁹, especializados em AP. Já sabiam quem eu era. Passei a ser eu mesmo: Emiliano. Mantive o que dissera antes. O capitão Hemetério Chaves filho apenas observava, sem dar uma palavra. Não houve tortura.

Provavelmente, o Cenimar chegou ao meu nome depois das pichações espalhadas por Salvador pedindo “Liberdade para Emiliano”, forma encontrada pelos companheiros de AP para tentar proteger a minha vida. Essa pichação foi registrada no filme *Eu me lembro*, do cineasta baiano Edgar Navarro.

Antes de responder ao inquérito na Polícia Federal, fui chamado de novo à sala do comandante-torturador, e dessa vez a surpresa foi agradável: era a visita do advogado Inácio Gomes, o primeiro a testemunhar a minha presença no Quartel do Barbalho, o que naquelas condições era um alívio. A vida corria menos perigo. A prisão se tornava pública. Uma visita como aquela a gente nunca esquece.

E aqui registre-se: Inácio Gomes é um dos três mosqueteiros. Os outros advogados a defender, com muita coragem, os prisioneiros políticos durante aqueles anos de terror foram Jaime Guimarães, José Borba Pedreira Lapa e Ronilda Noblat. Os três mosqueteiros, de Alexandre Dumas, também eram quatro, como se sabe. Quem acabou assumindo minha causa foi José Borba Pedreira Lapa, sem nunca cobrar um tostão.

No dia 8 de dezembro, festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, fui levado à Polícia Federal. Instaurava-se o inquérito, estava oficialmente preso. Posso afirmar ter sido um dia feliz. Mantive as mesmas posições sustentadas na tortura, me declarei contra a ditadura, e o sujeito do cartório, sem meios termos, me avisou: você vai passar muitos anos preso. Ouvi isso tranquilo vendo, pela janela, o povo aglomerado nas cercanias da bela Igreja da Conceição da Praia e do Mercado Modelo, Cidade Baixa.

A ameaça irá se cumprir. Saí em liberdade condicional apenas no final de 1974. Fui condenado a oito anos de prisão, três processos, dois em São Paulo. Depois de passar uma tarde inteira respondendo ao inquérito, voltei ao Quartel do Barbalho. Fisicamente ainda um trapo, e ainda com a calça segura por um barbante, e sem camisa, até ali sem um banho sequer. O sujeito do

cartório disse que eu fedia muito. A mim isso não incomodava. Estava inteiro, sereno, certo de ter sido leal aos meus princípios e aos meus companheiros.

O medo, tão grande, havia sido vencido. A sensação era de ter até ali derrotado a ditadura. E não digo isso com qualquer pretensão de heroísmo, nem de grandeza. Gosto de Gramsci dizendo-se um homem comum e de convicções profundas. Provavelmente, foram estas a assegurar minha capacidade de resistência.

De vez em quando, no Quartel do Barbalho, o capitão Hemetério Chaves Filho aparecia com visitantes à frente de minha cela. Apontava para mim, e dizia:

– Esse aí é um bicho. Não falou nada.

Era uma coisa estranha. Aliás, ele era um estranho personagem. Parecia orgulhar-se de ter ali, no *seu* Quartel do Barbalho, um prisioneiro que não havia cedido diante da tortura. Apontava-me quase rindo. Uma vez, sem quê nem pra quê, fui tirado da cela e levado à sua presença só para que me falasse do Marquês de Sade¹⁰. “Você gosta de Sade, não gosta?”. Eu, calado. Sempre o enfrentei com altivez, às vezes até meio desafiador e, curioso, isso não parecia desagradá-lo. Vá entender as manifestações da crueldade humana.

No comecinho de setembro de 1971, já na Galeria F, fui avisado: vai viajar. Preparei-me para o pior. Arrumei minhas coisas, duas ou três cuecas, uma camisa, sei lá, que nada tinha nem precisava. Estava na força de meus 25 anos, e com medo. Tinha certeza de que na Bahia não me tirariam mais nada, fosse qual fosse a tortura. Sentia-me seguro. Embarquei num camburão sem destino, que nunca se sabe para onde nos levam. Desembarquei na Base Aérea. Estremeci: imaginei São Paulo, Oban, um mergulho no desconhecido.

Um avião militar me esperava. Quando entrei, deparei com uma algararra de armas, tiras pra burro. Eram os torturadores da primeira fase da caçada ao capitão Carlos Lamarca, que voltavam até ali de mãos abanando. Lembro ao menos de Fleury e de Jesus Cristo, codinome de Dirceu Gravina, também famoso torturador. No avião, pude ouvi-los falar de medo, muito medo da pontaria do Capitão. Curioso.

O avião fez uma escala no Rio. Eu com uma vontade enorme de urinar. Pedi pra descer: o avião não tinha sanitário. Um policial me acompanhou. Metralhadora apontada pra mim. Nada de a urina sair. Tentei que tentei, e nada. Voltei pro avião sem me satisfazer. Eu certo que ia parar na Oban, um medo crescente tomando conta de mim. Tentava me fortalecer intimamente para o enfrentamento.

Desembarquei em São Paulo e quando me dei conta estava de fato na Oban. Fui descobrir, no entanto, que a Oban era, no meu caso, apenas um ponto de passagem. Fui levado para o Quartel do Ibirapuera, onde devo ter passado

coisa de dois, três meses. Ia responder a dois processos que corriam nas auditorias paulistas. Só na pequena cela do quartel, urinei demoradamente.

Nesse tempo, pude conversar bastante, com Diógenes Sobrosa, preso na cela ao lado. Ex-soldado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, havia participado da Guerrilha do Ribeira, comandada por Lamarca. Ali, eu e ele tomamos conhecimento do assassinato do Capitão da Guerrilha. Voltei para a Galeria F ali por dezembro do mesmo ano de 1971. Uma volta cheia de alegria: as celas agora ficavam abertas durante o dia, o que nos dava a chance de uma convivência muito mais profunda, de estruturar ainda melhor o nosso coletivo, uma experiência política muito singular, cuja unidade nunca foi quebrada.

A Galeria F, com suas 20 celas, faz parte da história da luta contra a ditadura pelo volume e importância dos presos políticos que passaram por ela. A primeira fase dela, de 1969 até o final de 1971, foi de tranca dura. As conversas entre os presos políticos se limitavam ao momento do banho de sol, duas vezes por semana, duas horas de duração. Ou então dependurados nas grades superiores, utilizando-nos do código de sinais dos surdos-mudos, que alguns poucos haviam aprendido com os prisioneiros comuns. Rui Patterson era o craque entre nós.

Nesse período, conseguimos clandestinamente um rádio transistor, e eu próprio me tornei o redator solitário do Jornal de Notícias, informativo escrito à mão, em meia folha de papel ofício, resultado da compilação diária do noticiário ouvido pelo jornalista improvisado. Começava a circular às 19 horas, pelo orifício da rede elétrica de cada cela.

No final de 1971, as celas foram abertas durante o dia. Havia muito mais presos que na fase inicial. Cobrava-se maior organização. Um regimento interno escrito, discutido, aprovado, assimilado e depois destruído, fixou um modo profundamente democrático de existência do coletivo da Galeria F.

Não se admitia, para efeito das decisões do coletivo, a existência de organizações. Caso ainda houvesse alguma estrutura organizada de partidos no interior da prisão, não deveria influenciar o coletivo. Não se permitia o voto por bancada. Cada homem, um voto. E não havia chefia. A cada reunião se escolhia um dos membros para dirigir as discussões, e tudo era definido no voto caso não houvesse consenso.

Organizou-se a economia, a administração da galeria, os esportes, os estudos. A economia se baseava na produção de peças artesanais de couro, vendidas pelos familiares, de modo, sobretudo, a atender aos companheiros mais necessitados. Havia os mais prendados, os “artistas” – os desenhistas das bolsas, carteiras e outros artefatos de couro – e os “operários braçais” da linha de produção, menos aptos a sutilezas da criação, entre os quais me in-

cluía. Claro: é forma de dizer, essa divisão de trabalho era informal, pois, as atividades se entrelaçavam.

A administração envolvia não só o controle dos recursos como também as comissões de esporte, de limpeza e de cozinha. A de esporte se encarregava de arbitrar os não raros problemas ocorridos nos jogos de futebol entre nós mesmos. Houve pelo menos um caso de punição: seis meses sem futebol para Paulo Pontes e Eduardo Kruchewski. Os dois haviam trocado sopapos durante uma partida em 1972. Nem mesmo um abaixo-assinado dos presos comuns reclamando anistia pra os dois adiantou. A disciplina era rigorosa entre nós.

A limpeza era essencial. A Galeria F eliminou os ratos e as celas eram um primor de higiene. Nos primeiros tempos, os presos políticos ficaram impressionados com o número de ratos na penitenciária e com o fato de alguns prisioneiros comuns os terem como bichos de estimação. Andavam dóceis nos ombros de vários condenados. A comissão de cozinha melhorava a comida de péssima qualidade que chegava todos os dias. Havia vários grupos de estudo: iam da filosofia à antropologia, passavam pela história e pela economia política e pelo ensino de inglês.

Construiu-se ali, pelo diálogo, pela discussão frequente, um ambiente efetivamente democrático. Naquela convivência forçada, e onde coexistem posições divergentes quanto ao destino do País e do mundo, e concepções de mundo variadas, e onde os defeitos de cada um afloram com muita facilidade, não é simples construir um coletivo assim. Houve momentos profundamente tensos, decisões difíceis, até porque a luta política continua ali dentro. Conseguimos, entanto, contornar tudo isso, e impedir divisões insanáveis, comuns em outros coletivos de prisioneiros políticos no período. E conseguimos construir também um ambiente de muito respeito na relação com os presos comuns.

Contei isso para começar a falar, nem que rapidamente, da repressão na Bahia. Um depoimento pretende sempre ser verdadeiro, malgrado as deficiências e armadilhas da memória, sempre pronta a nos trair. Escrevi e falei muito sobre as torturas praticadas contra mim. No dia 4 de dezembro de 2013, depus na Comissão da Verdade do Estado da Bahia, e isso tudo foi contado. Também depus, no segundo semestre de 2013, na Comissão da Verdade, Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A repressão na Bahia foi tão violenta como a do resto do país, penso. Talvez tenha demorado um pouco mais para se organizar, mas isso requer mais pesquisa para se afirmar categoricamente. Ao puxar pela memória, aponto pistas para quem quiser seguir pesquisas em torno das andanças do monstro pela Bahia.

A seguir, foram agrupadas, pelo meu olhar de prisioneiro da Galeria F da Lemos de Brito, as organizações atingidas na Bahia. Certamente há lacunas, mas optei por citar nomes de companheiros e também de torturadores, para permitir a busca por parte dos pesquisadores.

Ação Popular

No final de janeiro de 1971, Theodomiro, Paulo, Dirceu Régis, Wellington Freitas e eu fomos transferidos para a Penitenciária Lemos de Brito. Depois da tensão dentro do camburão, experimentamos o alívio de chegar à Galeria F, onde já estavam alguns outros companheiros solidários. Começava uma nova etapa carcerária.

Lá, um pouco mais tarde, soube da prisão de quase toda a direção regional de AP – Antônio Rabelo, Tibério Canuto e Renato Godinho. José Carlos Arruti Rey, também dirigente, escapou e viveu anos no exílio. Caíram às quatro da manhã numa casa na praia do Cabuçú, município de Santo Amaro, dia 5 de maio de 1971. As mulheres de Godinho e de Rabelo, Maria Helena e Anete, esta com os filhos pequenos, também foram presas, como José Carlos Zanetti, todos violentamente torturados no Quartel dos Aflitos e depois no Barbalho.

Conviveram comigo na Galeria F, da Penitenciária Lemos de Brito, situada em bairro de sugestivo nome: Mata Escura. Da AP, foram presos, ainda, em momentos diferentes, e conviveram comigo na Galeria F, Carlos Roriz (Josefa Roriz, mulher dele, também foi presa), Odilon Pinto Mesquita Filho, Antonio Sérgio Melo Martins de Souza, Euclides Pirineus Cardoso, José Sérgio Gabrielli, Eduardo Kruschewski e Jorge Almeida. Itajaci José Santos Figueiredo, estudante, também conviveu quatro meses conosco na Galeria F – contou-me ser do processo que envolveu estudantes secundaristas vinculados à AP. Outros companheiros, como Edson Argolo, o acreditam vinculado ao PCdoB – ainda as armadilhas da memória. Recordo-me dele como um excelente jogador de futebol, além de tudo.

Mais tarde, ainda preso, soube da prisão de Gildo Macedo Lacerda, da direção nacional de AP socialista, aquela que não aceitara dissolver-se no Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹¹, em outubro de 1973. Gildo será levado para ser morto e desaparecer em Recife, onde também será assassinado José Carlos Novaes da Mata Machado. Deixou viúva Mariluce Moura, grávida de Tessa, hoje professora de Filosofia da Universidade de São Paulo, as duas com a dor de nunca ter um túmulo onde lembrar o companheiro e o pai.

Ação Popular teve então sua direção praticamente dizimada graças à atuação do *cachorro* Gilberto Prata, ex-militante da organização. Foram assassinados, então, em todo o país, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho

(que estudara na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia), Humberto Câmara Neto, Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães, além de José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo.

Oldack Miranda foi levado de Salvador para Recife, e só não foi morto provavelmente devido ao assassinato de Gildo e Mata Machado. Talvez o superintendente da Polícia Federal, coronel Luiz Arthur de Carvalho, não quisesse mortos em sua terra – só a tortura, a mais cruel que pudesse. Mandava os destinados à morte para outros estados. Oldack foi torturado apenas pelo fato de numa prisão anterior não ter revelado sua atuação no Vale do Pindaré-Mirim, no Maranhão, onde fora companheiro do lendário líder camponês Manoel da Conceição, também militante da AP.

PCBR

Um pouco antes de mim, 27 de outubro de 1970, foram presos Theodomirom Romeiro dos Santos, Paulo Pontes da Silva, Dirceu Régis, Wellington Freitas, entre outros, todos do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)¹². Theodomirom, por ter reagido no momento da prisão e ter matado o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, foi torturado com requintes de crueldade, com a participação direta do coronel Luiz Arthur de Carvalho. Theodomirom tinha 18 anos de idade.

Paulo Pontes e ele jamais se esquecerão da música de Toni Tornado. Os vários torturadores que se revezavam no suplício a que os submetiam colocavam o disco no maior volume possível, e os dois, enquanto a máquina de choque era acionada, ouviam o refrão provocativo: “A gente corre, a gente morre na BR-3”. Pretendiam dar-lhes ciência da identificação deles como militantes do BR, diminutivo do PCBR.

Aplicavam os choques no compasso da música, de modo que os dois gritassem no momento do refrão cantado por Toni Tornado. Participavam involuntariamente de uma macabra sinfonia. Uma selvageria desconhecida, Theodomirom e Paulo banhados em sangue. Retiram-lhes as algemas, são torturados separadamente. Theodomirom sangrava muito. O coronel Luiz Arthur de Carvalho mandou chamar um enfermeiro no Segundo Distrito Naval para cuidar dos ferimentos, sobretudo os da cabeça, cheia de cortes provocadas pelas coronhadas persistentes dadas quando da reação dos policiais à morte do sargento, no próprio jipe que o transportava.

O enfermeiro pegou um vidro de éter e derramou inteiro na cabeça de Theodomirom, cuidando para que boa quantidade chegasse às faces e aos olhos. Ele quase enlouqueceu: éter nos olhos causa uma dor indescritível. Passaram, então, a uma tortura metódica: os socos e os golpes de cassetete concentravam-se

nos rins e joelhos, principalmente no direito, já bastante inchado. Theodomiro estava no limite de suas forças. Quando o dia 28 começava a clarear, desmaiou. No dia 29, são levados, ele e Paulo, para o inferno: o Quartel do Barbalho.

Durante 12 dias, de modo intermitente, foram submetidos ao pau-de-arara, choques, afogamentos. Com Paulo, além da música de Toni Tornado, faziam outra crueldade. Usava o nome falso de José Fernandes da Silva. Perguntavam o nome e ele ia respondendo. Quando dizia José, levava choque. Fala Fernandes, outro choque. No da Silva, nada de choque. Era uma macabra revelação: sabiam o nome dele, Paulo Pontes da Silva.

Torturadores dos dois: coronel Luiz Arthur de Carvalho; inspetor da Polícia Federal Alfredo Ângelo de Aquino Filho, mais tarde delegado da Polícia Federal no Rio de Janeiro; major Antônio Bião de Cerqueira; capitão Hemetério Chaves Filho e cabo Dalmar Caribé, todos da Bahia. De Pernambuco, especialmente para interrogar Paulo Pontes, veio um grupo de policiais, entre os quais Luís Miranda e Ordolito Azevedo, diretor do Departamento de Ordem Política e Social (Dops)¹³ naquele Estado, dupla notabilizada pela tortura de dezenas de pessoas e pelo assassinato de vários militantes.

O cabo Dalmar Caribé, no dia 27 de novembro de 1970, data tida como da Insurreição Comunista de 1935, postou vários soldados à frente da cela de Theodomiro, e junto com outros quatro agentes, espancou-o a mais não poder. Os próprios soldados e sargentos perguntaram o porquê daquilo. Caribé não escondeu:

– Foi o major que mandou!

O major era Antônio Bião de Cerqueira, da II Seção do Exército, ativo participante das torturas. Após 27 de novembro, os dois não seriam mais torturados. Fui testemunha desse brutal espancamento. Dirceu Régis também foi bastante torturado. Do PCBR, naquele 1970, foram muitos os presos. Cumpriram pena Theodomiro, Wellington e Dirceu e, em períodos diferentes, Renato Afonso de Carvalho e Natur de Assis Filho, além do grupo de Jequié, de que falarei logo à frente.

Ali pelo dia 10 de dezembro, era noite alta, e o Quartel do Barbalho alvoroçou-se. A cúpula da tortura chegou: Luiz Arthur de Carvalho, major Antônio Bião de Cerqueira, capitão Hemetério Chaves Filho, além do major Nilton Cerqueira, chegado à Bahia recentemente. Theodomiro e Paulo foram retirados de suas celas, fizeram barba e cabelo dos dois, encaminhados para o banho, ganharam camisas de manga comprida. É que no dia 7 de dezembro do ano de 1970 havia sido sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sob o comando direto de Carlos Lamarca, o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher¹⁴. Theodomiro e Paulo entraram na primeira lista elaborada pelos revolucionários.

Enquanto os dois eram barbeados, Nilton Cerqueira perguntou a Paulo:

– Você ainda tem coragem de olhar para sua mãe?

Paulo respondeu sim.

Hemetério chegou à minha cela e perguntou:

– Você aceitaria sair se fosse incluído na lista?

– Sem nenhuma dúvida – respondi.

Foi uma noite feliz. Os dois companheiros iriam ganhar a liberdade. As negociações se arrastaram, e o embaixador só foi libertado em meados de janeiro de 1971, quando 70 presos políticos viajaram para Santiago do Chile, nenhum deles arrolado nos chamados “crimes de sangue”, como a repressão entendia ser a situação de Theodomiro e Paulo. A ditadura endureceu, as listas foram sendo feitas e refeitas, até se chegar ao resultado final. Foi o último sequestro. Theodomiro só irá sair, fugindo da prisão, em agosto de 1979, e Paulo Pontes, no mesmo ano, um pouco antes.

Do PCBR, havia, ainda, os militantes de Jequié. De dois, lembro apenas os primeiros nomes: Santos e Ciro. Nomes inteiros, lembro-me de Wesley Macedo Bonfim e Ricardo Nóbrega. Os quatro, nessas loucuras da ditadura, foram acusados e condenados por pretenderem desmembrar o município da República do Brasil. Queriam, segundo a insana denúncia, proclamar a “República de Jequié”. Foi um processo à parte daquele que envolveu Theodomiro e Paulo. Cumpriram pena por isso. Jequié salvou-se do desmembramento: ainda pertence à Bahia e ao Brasil.

Dissidência, VAR-Palmares e o P.o.r.r.a

Ainda antes da queda do PCBR, no final do segundo semestre de 1969, houve as prisões que inauguraram a Galeria F, todas elas acompanhadas de torturas e violências antes que chegassem à Penitenciária Lemos de Brito. Os presos eram militantes em processo de transição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) ou Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹⁵. Houve alguns que se definiram, como Carlos Sarno e Jurema Valença, casados à época, e que aderiram à VAR-Palmares (presos em São Paulo e depois transferidos para a Bahia). Sarno conviveu conosco na Galeria F, excelente cozinheiro. Jurema cumpriu pena na Casa de Detenção, no Forte de Santo Antônio.

Outros não chegaram a ter tempo de se definir do grupo denominado genericamente de Dissidência do PCB, entre os quais Rui Patterson¹⁶ e Getúlio Gaspar de Gouvêa, que vamos encontrar quando chegamos à Galeria F no final de 1971. Na noite que chegamos, conhecemos Fernando Carlos Mesquita

Sampaio Filho, dirigente da VAR-Palmares, que antes havia abrigado Carlos Lamarca em seu apartamento em Pinheiros e depois numa residência da periferia. Caiu em Salvador no dia 13 de maio de 1970. Sua mulher, Ana Matilde Tenório da Mota, conseguiu escapar. O mineiro Antônio Nahas, com 17 anos, da VAR, foi preso em Recife, também no dia 13 de maio de 1970, e trazido para Salvador. É que a repressão tivera conhecimento de que antes ele chegara ao Estado junto com Mesquita. Queria informações. Cumpriu pena na Galeria F. Nahas, Theodomiro e Jorge Almeida constituíam o trio mais novo da prisão – estavam no máximo chegando aos 18 anos quando foram presos.

A repressão prendera, ainda, Nemésio Garcia da Silva, barbaramente torturado, protagonista de um episódio tragicômico – no pau-de-arara admitiu a existência do P.o.r.r.a.: Partido Operário Revolucionário Retado e Armado. Quando de sua prisão, foi encontrada uma carta endereçada a ele, de Denilson Vasconcelos, (também preso, já como integrante do MR-8, em 1971, também companheiro nosso na Galeria F), onde proliferava a expressão *p.o.r.r.a.*, grafada assim com os pontinhos, e os torturadores insistiam tratar-se de um partido de esquerda. Nemésio queimou neurônios até encontrar um nome sugestivo para *porra*. E inventou o Partido Operário Revolucionário Retado e Armado. Sofreu o pão que o diabo amassou nas mãos dos torturadores no inferno do Quartel do Barbalho.

MR-8

Em 1971, desde o início, inicia-se o desmantelamento do MR-8 pela repressão no Estado, culminando com a execução de Carlos Lamarca e José Campos Barreto (Zequinha), em setembro, operação em que morreram também Otoniel Campos Barreto, irmão de Zequinha, e Luiz Antonio Santa Bárbara. Olderico Campos Barreto, outro irmão de Zequinha, levou dois tiros, um no rosto, outro na mão, mas sobreviveu.

Em Salvador, a repressão assassinou Iara Iavelberg. Morreram, ainda, Nilda Cunha e sua mãe, Esmeraldina, em circunstâncias que indicam também assassinato, tudo numa só operação de terror e sangue e mortes. Nela, na primeira etapa, destacou-se a presença de Sérgio Paranhos Fleury, e na segunda, a do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, o matador de Lamarca, junto com o cabo Dalmar Caribé.

Na Galeria F, estiveram presos, do MR-8, Denilson Vasconcelos, Milton Mendes Filho, Carlos Moreira Villanueva, Diogo Santana, José Carlos de Souza, Olderico Campos Barreto, Nilson Venâncio, Vanderlan Macedo, Jaileno Sampaio, Renato da Silveira e Edson Argolo, se a memória estiver boa. Ainda antes, em abril de 1970, fora preso Airton Ferreira, que cedo, junto com Juca

Ferreira, ex-ministro de Lula e atual secretário de Cultura de São Paulo, havia se definido pela Dissidência da Guanabara, mais tarde MR-8. Foi meu companheiro de Galeria F por algum tempo, na fase de celas fechadas, durante o ano de 1971.

Polop, grupo de Jequié, PCB e PCdoB

Em abril de 1972, a repressão alcançou os militantes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop)¹⁷. O partido foi vítima de uma infiltração. O agente Carlos Orleans, vulgo Pacote, passou a desenvolver militância com os secundaristas de Feira de Santana e, seguindo-os, mapeou os dirigentes da organização. Houve muitas prisões. Foram condenados Delmiro Baqueiro, Ivanilson Ferreira Pereira e João Henrique Coutinho, todos do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia, além de Ivan Alves Braga, Lexinaldo Oliveira, Jane Monte Cresus, Roseli Elias e Mercedes Galvão.

Os homens cumpriram pena na Galeria F. Mulheres, na Casa de Detenção, hoje simplesmente Forte de Santo Antônio. Também da Polop, preso em outro Estado, Peri Falcón cumpriu pena ao nosso lado. Ivan Alves Braga denuncia dois torturadores, oficiais do Exército, do Quartel de Amaralina: major Leopoldino e tenente Nogueira, o primeiro bem mais violento.

Havia ainda outro preso na Galeria F, Moacir, conhecido por nós como Da Barra, de Salvador, ao que saiba sem qualquer vinculação política específica – a acusação era a de, numa manifestação estudantil, carregar uma pequena barra de ferro. Magno Burgos, por sua vez, fora condenado no Paraná, e tinha vinculações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foi uma serena companhia de todos nós, mais novos do que ele.

Do Partidão, na Galeria F, antes da grande queda de 1975, de que falaremos à frente, estiveram ainda o jornalista José Carlos Prata, Ederval Araújo Xavier (Poly), o estudante de engenharia João Almeida e, também, José Alberto Bandeira Ramos, Luciano Ribeiro e José Estrela, os dois últimos de Feira de Santana. Não me recordo do nome todo de Aldo, me parece que da Engenharia da UFBA, e não sei também a que organização estava vinculado. Sei que o encontrei também quando da volta de minha estadia nas prisões de São Paulo, final de 1971.

O sindicalista Marival Caldas, da área do petróleo, estava entre os chamados independentes, mais próximo do PCB. Do PC do B, Arthur Geraldo Bonfim de Paula, Genebaldo Queiroz, Antônio Calazans e João Dantas, mais tarde vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Haroldo Lima, dirigente nacional do partido, foi transferido para a Bahia depois da sua prisão no episódio conhecido como Massacre da Lapa, em São Paulo, ocorrido em 1976. Foi o último a sair da Galeria F, ao lado de Paulino

Vieira (PCB), no final de agosto de 1979. Arno Brichta e Francisco Jatobá cumpriram pena pelo Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Operação Radar

No dia 4 de julho de 1975, a chamada Operação Radar, que redundou na morte de vinte militantes e dirigentes do PCB em todo o País, alcançou a Bahia: foram presos e torturados dezenas de militantes, sob o comando direto de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Sérgio Paranhos Fleury.

Foram condenados, ao final, no dia 16 de março de 1976, Sérgio Santana, então vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁸; seu irmão Marcelo Santana, da Ala Jovem do MDB; Heitor Casaes e Silva, funcionário da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Luís Fernando Contreiras de Almeida, veterano dirigente do PCB; Sebastião Amaral do Couto, operário; Marco Antônio Rocha Medeiros, diretor do Clube de Engenharia da Bahia; José Ivan Dantas Pugliesi e Carlos Augusto Marighella, também operários; Roberto Argolo, professor de Física da Universidade Federal da Bahia; Albérico Bouzon, economista; Winston Carvalho, assessor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem da Bahia (Derba); Ieda Santana, também assessora do Derba; Maria Lúcia de Carvalho, economista, e Paulino Vieira, relojoeiro de profissão e tradicional dirigente do PCB. O filho de Paulino Vieira, Luís Carlos Vieira, do PCB, também foi condenado, cumprindo pena na Galeria F.

Os militantes e dirigentes do PCB, salvo Paulino Vieira e o filho, neste caso, não foram enviados para a Galeria F, onde predominavam defensores da luta armada, contrariamente à visão do Partidão, que defendia a luta de massas, sem o recurso às armas. Cumpriram pena na Casa de Detenção – no velho Forte de Santo Antônio –, no Centro Histórico de Salvador. Os serviços de inteligência certamente faziam a distinção entre as organizações da esquerda armada e o PCB e, quem sabe, talvez pretendessem evitar *contaminação* entre uma e outra visão. Não teve, no entanto, qualquer contemplação com o PCB, como se pode constatar pela violência da Operação Radar.

Esta operação é desencadeada, inicialmente em fogo brando, em 1973, ainda sob o governo Médici. Pretendia, como se sabe, alcançar o PCB. A ditadura dava início à última etapa de sua escalada. Acreditava, com boa dose de acerto, estar na fase final de destruição das tantas organizações defensoras da luta armada. Sabia dos rescaldos a fazer e, sobretudo, do combate, ainda em andamento, à Guerrilha do Araguaia dirigida pelo PCdoB, sobre a qual, o quanto pudesse, não pretendia deixar sobreviventes.

O “Massacre da Lapa”, em 1976, em São Paulo, significou o fim do processo de aniquilamento daquela experiência, com prisões e mortes, depois de

a repressão ter matado, cortado cabeças e desaparecido com dezenas de guerrilheiros na selva. Restava o PCB, cuja estratégia, voltada à luta política de massas sem o recurso à luta armada, mostrava-se perigosa.

Na Operação Radar combinaram-se, sem que tenha havido acerto entre as partes, a estratégia de Geisel, da distensão lenta e gradual que incluía continuar a matar, com a sanha antidistensionista do aparato repressivo mais à direita, fora do controle do próprio Geisel, identificado com a chamada linha dura. Tanto a repressão sob o comando direto de Geisel quanto aquela vinculada à linha dura matam militantes e dirigentes do PCB.

A operação deu importância à Bahia. Foram presos mais de 80 pessoas, a maioria com vida legal, diferentemente das organizações da esquerda armada, cujos militantes viviam usualmente na clandestinidade. Foi um marco no estado. Pela amplitude e pela reação da sociedade civil. Um manifesto assinado por intelectuais, entre os quais Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro e José Martins Catharino, protestou contra as prisões e pediu a libertação dos presos.

O arcebispo dom Avelar Brandão Vilela não estava em Salvador, mas num telefonema ordenou ao monsenhor Gaspar Sadock, um sacerdote de direita, admirador de Antônio Carlos Magalhães, que visitasse os presos, então no Quartel de Amaralina, em Salvador. Sadock cumpriu a ordem. E dom Avelar, logo ao chegar, visitou os presos, irritando profundamente os militares. Depois desta operação, as prisões políticas na Bahia foram residuais, ao menos do meu conhecimento.

Considerações finais

Evidente que esse texto serve apenas para indicar pistas para a continuidade de pesquisas sobre a repressão na Bahia depois de 1964, e está longe de revelar toda a sua dimensão. Não consta, aqui, a ofensiva logo após o golpe de 64, especialmente sobre os sindicatos. Não se vê aqui a repressão sobre os prefeitos Francisco Pinto, de Feira de Santana, Pedral Sampaio, de Vitória da Conquista, Virgildásio Sena, de Salvador, ainda no alvorecer do golpe. Não se fala da morte do vereador Péricles Gusmão Régis na prisão, em Vitória da Conquista, em maio de 1964. Não se fala das tantas prisões de professores e intelectuais.

Não me refiro à repressão sobre a Petrobras, o cerco à Refinaria de Mata-ripe, a prisão do mais famoso sindicalista de então, Mário Lima que, condenado mais tarde, cumpriu pena conosco na Galeria F. Escrevi apenas com o olhar de quem passou pela Galeria F e foi vendo a sucessão de quedas, de organizações alcançadas pela repressão, valendo-me do recurso do que já escrevi e do precário e ardiloso mecanismo da memória.

Seguramente, mesmo em relação à Galeria F, faltarão nomes. Vários deles foram recuperados nas conversas rápidas que tive com alguns companhei-

ros para produzir esse texto. Alguns ficaram pelo caminho, certamente, até que as pesquisas nos ajudem a trazê-los à tona. Ao recordar algumas das mulheres presas, percebi o quanto estamos devendo às dezenas de companheiras presas, torturadas, algumas condenadas, outras não. Há poucos depoimentos delas, há poucas pesquisas em torno delas. É uma cobrança que comecei a me fazer nessas últimas horas, benfazejas horas, que me deram a noção desta e de outras lacunas.

Falei muito no Quartel do Barbalho, principal centro de torturas no estado. Mas, devo dizer ainda, de outros locais de suplício, como o Quartel de Amaralina. Ou o Quartel dos Aflitos. Ou o Quartel dos Fuzileiros Navais ou dos Dendezeiros, ambos na Cidade Baixa. A própria sede da Polícia Federal, nas cercanias do Mercado Modelo. Tudo em Salvador. O 19º BC, no bairro do Cabula, em Salvador. A Base Aérea. Que não nos esqueçamos da Fazendinha, em Alagoinhas, onde os militantes do PCB foram barbaramente torturados em 1975.

A repressão na Bahia foi duríssima. Talvez tenha se nacionalizado a partir do final da década de 1960 e mais ainda no início dos anos 1970, com a estrutura dos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)¹⁹. Revela-se a presença de torturadores famosos, como Ustra e Fleury, de órgãos como o Cenimar, da articulação entre ações realizadas em diversos Estados.

Lembro a operação contra o PCBR, que contou com a presença de agentes de Pernambuco e envolveu militares graduados da Aeronáutica. A ofensiva contra a AP, onde o Cenimar entrou pra valer. A articulação entre Pernambuco e Bahia no caso da ofensiva contra a AP, quando se tirou Gildo Macedo Lacerda do Estado, levado para Recife, e lá morto e desaparecido. A presença de Fleury e de oficiais do Exército na operação Pajuçara, sob o comando do general Argus Lima, da VI Região Militar, e sob ordens diretas do major Nilton Cerqueira.

Considerarei importante lembrar nomes. Pode parecer desnecessário, e pode até prejudicar a elegância do texto, como podem me cobrar aqueles que lidam com a literatura ou com o jornalismo. Penso, no entanto, que não existe a repressão em geral. Ela se dá contra pessoas. Já ouvi muitos reclamarem por seus nomes não serem lembrados em relatos desse período sombrio. A simples citação de um nome o coloca na história, e nada mais justo do que colocá-lo se foi parte dela. Sei: cada nome comporta uma história, tem sua importância singular, mas não pretendia chegar a isso. Tantos outros pesquisadores darão conta disso, e citá-los tem também a pretensão de provocar a busca da história de cada um e sua contextualização.

Também não discuti a natureza da tortura, pelo objetivo do texto. Foram dezenas de pessoas torturadas, e das formas mais brutais possíveis, com fortes doses de sadismo. Só hoje, muito tempo depois, é que a Comissão Nacional da Verdade e as muitas outras comissões da verdade espalhadas pelo país come-

çam a revelar de forma mais detalhada os crimes da ditadura. Esses crimes se prolongam no tempo pelo impacto causado no corpo e na alma de suas vítimas. Não se queira rotular a tortura de desumana – os humanos são os únicos capazes de torturar, e o fazem conscientemente sob uma ditadura. Sob um regime assim é que se pode entender a expressão *banalidade do mal*, de Hannah Arendt²⁰.

E espera-se que, como decorrência dos relatórios, especialmente do proveniente da Comissão Nacional da Verdade, haja providências no plano jurídico de modo a que os criminosos sejam punidos. Tortura é crime imprescritível. O equívoco do Supremo Tribunal Federal (STF), ao anistiar torturadores, não pode nos levar ao relaxamento quanto a isso. Nós não queremos esquecer esse tempo. É preciso falar dele, do terror praticado pela ditadura, das centenas de mortes e desaparecimentos, dos suicídios que ocasionou, do estupro das mulheres presas, de todas as atrocidades, dos que morreram empalados, da covardia enorme de matar pessoas assim. Falar, falar, denunciar, revelar os crimes, de modo a que nunca mais repitamos um tempo como esse. Ditadura, nunca mais!

NOTAS

¹ Este texto foi escrito com base em produção bibliográfica, bem como de rápidas entrevistas, para alguns esclarecimentos, com Antônio Nahas, Edson Argolo, Itajaci Figueiredo, Ivan Alves Braga, João Henrique Coutinho, José Carlos Zanetti, Otto Filgueiras, Paulo Pontes da Silva, Theodomiro Romeiro dos Santos e Tibério Canuto de Queiroz Portella. Naturalmente, nenhum deles tem qualquer responsabilidade com deslizos ou equívocos desse texto, que se caracteriza como um texto memorialístico, sujeito a imprecisões.

² Jornalista, escritor, ex-presos político. Já foi vereador, deputado estadual e federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Compõe atualmente o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo. Lançou diversos livros sobre a ditadura no Brasil, dentre os quais, JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento, primeira parte*. São Paulo : Casa Amarela, 2000. _____ *Galeria F: lembranças do mar Cinzento, segunda parte*. São Paulo : Editora Casa Amarela, 2004. _____ *Galeria F: lembranças do mar cinzento; terceira parte / Victor Meyer, um revolucionário*. São Paulo : Caros Amigos Editora, 2008. _____ *Galeria F: lembranças do mar cinzento : quarta parte : golpe, tortura, verdade*. São Paulo : Editora Caros Amigos, 2012. _____ *As asas invisíveis do padre Renzo: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira*. São Paulo: Casa Amarela, 2002. _____; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*. 16ª. edição. São Paulo : Global, 2004 (Passado & Presente ; 20), e, recentemente, dando continuidade aos esforços pela consolidação da democracia, produziu uma série de artigos sobre a mídia brasileira, publicados na revista Teoria e Debate, disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/>. [N. E.]

³ PETERS, Edward. *Tortura – uma visão sistemática do fenômeno da tortura em diferentes sociedades e momentos da história*. São Paulo : Editora Ática, 1989, p. 14.

⁴ Organização política de orientação socialista criada em 1962, no congresso organizado pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte. Por volta de 1967 ocorre a primeira reorientação ideológica do grupo, preponderando a partir de então a vertente maoísta, a qual defendia que a insurreição popular viria do campo. Em 1972, em novo processo de revisão e cisão, o grupo passa a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Nesse mesmo período a organização foi desmobilizada, sendo a maior parte de seus dirigentes mortos ou presos. [N. E.]

⁵ Expressão recorrente ao longo do texto, muito utilizada neste contexto de perseguição política. Identifica que o militante foi encontrado e preso pelos agentes da repressão. [N. E.]

⁶ As Comissões da Verdade são comissões estabelecidas pelo poder público ou setores da sociedade civil dedicadas a apurar violações de direitos humanos cometidos sobretudo no período da ditadura militar (1964-1985). Sua formação foi suscitada pela instituição da Comissão Nacional da Verdade pela presidenta Dilma Rousseff, visando o esclarecimento daquelas violações e, conseqüentemente, a reparação das vítimas. [N.E.]

⁷ Pau-de-arara é um método de tortura que foi largamente utilizado no Brasil no período, por meio do qual a vítima tem os membros imobilizados, é suspensa em uma barra de madeira ou ferro que é atravessada entre os joelhos e o antebraço. [N. E.]

⁸ Os jornais da época noticiaram: o capitão Gildo Ribeiro tivera um desequilíbrio, dera tiros para o ar na rua. Dias depois, procura um companheiro preso comigo na Galeria F, Natur de Assis Filho, do PCBR, num dia de semana, e disse: quero falar com Emiliano. Natur fora aluno dele no Colégio Central. Era um dia em que não tínhamos visita. Reunimos nosso coletivo, e nos vimos sem saída: tinha que recebê-lo no dia de visitas. Quando ele chegou, alguns companheiros quiseram conversar um pouco com ele, quebrar a tensão, mas ele não queria papo com ninguém, só comigo. O encontro foi tenso: sentou-se ao meu lado, salão cheio de familiares visitando os companheiros, devia ser o ano de 1972. “Você não tem idéia de quanta gente estava na sua tortura”. Eu, calado. “Você foi o responsável pela minha conversão ao cristianismo”. Eu, calado. “Vim aqui lhe pedir perdão”. Falei: não posso perdô-lo, vá viver sua vida, mostrar que mudou. Acrescentei: estamos presos por razões políticas, vamos chegar ao poder, e nunca vamos torturar – não eram premonições, acreditava nisso, na revolução. E ele se foi, frustrado. Nunca mais o vi. Ele insistia com outro companheiro, Rui Patterson, este já em liberdade: “Preciso ver Emiliano, tenho revelações a fazer”. Nunca aceitei. Disse a Rui que não vivia a síndrome de Estocolmo. Quando ele morreu, o filho dele me mandou um email dizendo mais ou menos o seguinte: “Sou filho de Gildo Ribeiro, que lhe fez tanto mal. Estou lhe pedindo perdão”. Estranhas histórias da ditadura. Não dá para saber o que levou o torturador a me pedir perdão. E eu nunca quis indagar disso.

⁹ Centro de Informações da Marinha, criado em 1957. Após o golpe de 1964 passa a atuar como órgão de informação militar na repressão à luta armada contra a ditadura. [N. E.]

¹⁰ Escritor francês da virada do século XIX. Uma interpretação de parte de sua obra se desdobrou no conceito médico de *sadismo*, voltado a compreender como patologia as situações em que um indivíduo sente prazer em provocar dor a outro. [N. E.]

¹¹ Criado a partir de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro, em 1962. [N. E.]

¹² Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, criado em 1968 por dissidentes do

Partido Comunista Brasileiro. Propunham a luta armada e a formação de núcleos guerrilheiros no campo como meio de enfrentar a ditadura militar. Seus fundadores foram Apolônio de Carvalho, Manuel Jover Teles e Mário Alves. [N. E.]

¹³ Departamento de Ordem Política e Social, polícia política, criada no Estado Novo, atuante também durante a ditadura militar. Tinha como objetivo combater e reprimir as organizações políticas e sociais de esquerda. [N. E.]

¹⁴ No dia 7 de dezembro 1970 o embaixador Giovanni Enrico Bucher foi sequestrado pelo grupo Var-Palmares, organização criada em 1969, oriunda dos movimentos Colina - Comando da Libertação Nacional e VPR - Vanguarda Popular Revolucionária. Em troca do embaixador, o grupo pedia que fossem soltos 70 presos políticos, o que ocorreu em 13 de janeiro de 1971, sendo estes enviados para o Chile. [N. E.]

¹⁵ ALN, Var-Palmares e MR-8 são dissidências do PCB que defenderam a luta armada como forma de enfrentar a ditadura militar instaurada em 1964. São os principais grupos guerrilheiros no país ao longo da década de 1960 e início de 70. [N.E.]

¹⁶ Autor de uma das referências deste texto, PATTERSON, Rui. *Quem samba fica*; memórias de um ex-guerrilheiro. Salvador: EGBA, 2011.

¹⁷ Organização Marxista Leninista, Política Operária, formada em 1961 com atuação principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Veiculavam um jornal denominado Política Operária – POLOP. Visavam promover a criação de um partido revolucionário da classe trabalhadora. [N. E.]

¹⁸ Partido de oposição ao ARENA, ambos criados pela ditadura militar em substituição aos partidos políticos extintos pelo Ato Institucional nº2 em 1965. O primeiro assumia o papel de partido situacionista e o segundo o de oposição. Ambos foram extintos em 1979, quando o Congresso Nacional decretou o fim do bipartidarismo. [N.E.]

¹⁹ Entidade do Exército brasileiro, cujo objetivo era gerenciar informações e reprimir a organização da sociedade contra a ditadura militar. [N. E.]

²⁰ ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém*: Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.